

Problematizando ao “homem” como sujeito de direito, cultural e “genderizado” na Colômbia¹

Marco Julián Martínez-Moreno (Universidade de Brasília)

Partindo da minha experiência como pesquisador e facilitador na implantação de um projeto governamental para erradicar a *violencia intrafamiliar*² em Bogotá, Colômbia, conhecido como projeto 375, quero refletir sobre o propósito do Departamento Administrativo de Bem-Estar Social (DABS) de assumir a *cultura* como lugar de intervenção política, penal e acadêmica para consolidar uma utopia democrática. Aqui descrevo uma experiência de exercício de governo, as oficinas da *democracia familiar*, para tentar pensar a emergência de um discurso político localizado na interação entre agentes de Estado, sendo eu mesmo um deles, e jovens alvo da política pública. O desenvolvimento da oficina para prevenir a violência intrafamiliar, intervindo a cultura local e a identidade de gênero, mostrou dilemas dos agentes no encontro com um universo de relações sociais e valores dos jovens que diferiam dos pressupostos políticos e acadêmicos que se esperava encontrar no campo. Isto, desvelou divergências no conteúdo da categoria de *violencia* dos agentes e dos jovens, ao tempo que a moralidade de uma ideologia individualista que procurava agir sobre identidades e relações sociais particulares, como se fossem isoladas de uma trama complexa de pessoas com status diferenciados, inscritos em uma hierarquia que contrastava com o ideal normativo.

Esta descrição faz parte da minha dissertação de mestrado em antropologia social³, na qual configurei uma matriz de interpretação etnográfica que me permitia dar conta de fluxos de categorias através de discursos políticos e acadêmicos com a localização de práticas de governo nas quais a *violencia* e a *cultura* adquiriram usos e significados particulares. Estas categorias, ao longo de um período selecionado de um século, aproximadamente, permitiram configurar uma sensibilidade nacional particular acerca da *violencia intrafamiliar*. Este conceito vinculava uma história de contatos entre representantes de uma sociedade herdeira de uma ordem colonial espanhola com agentes de modernização, liberais, que, via imposição legal, tentavam a reconfiguração e standardização de âmbitos, relações sociais e identidades

¹ ENADIR III, GT.7 – Antropologia, alteridade, autoridade e constituição de sujeitos.

² As palavras em itálico são as categorias nativas as quais deixo em espanhol para dar relevância ao sentido particular que elas adquirem para os atores quando usadas no campo. O uso das aspas está reservado para as palavras em português para as quais desejo chamar a atenção como conceitos nativos, mas que optei por traduzir.

³ MARTÍNEZ, Marco Julián. 2013. *Da “cultura de la violencia” à “democracia familiar”: Masculinidade, cultura e conformação da alteridade em uma política pública de Bogotá, Colômbia*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília.

peçoais em níveis cada vez mais refinados da trama social, passando da nação para a família. Durante as últimas duas décadas, o posicionamento acadêmico e político do conceito de “nova masculinidade”, subsidiário do pensamento feminista e dos estudos de gênero, legitimou exercícios de governo para intervir no que era percebido como um identidade de gênero masculina representante das culturas da *violencia* e patriarcal. Esta identidade foi assumida pelos agentes de Estado como lugar que possibilitava mudar uma estrutura social e uma série de valores que impossibilitavam a existência efetiva da democracia e da igualdade no país.

Trabalhei com “jovens em risco social” do *Instituto para la Protección de la Niñez y la Juventud*, IDIPRON. Este instituto do governo da cidade estava encarregado de atender aos menores de idade moradores de rua ou em “condições de abandono ou negligência”, pertencentes a quadrilhas. Muitos destes menores são consumidores de maconha, crack ou cola de sapateiro. O centro estava coordenado pelo Padre Márquez, quem conformou um grupo novo de *muchachos*⁴. Pela dinâmica da instituição, havia grupos de aproximadamente 40 a 50 jovens que permaneciam um tempo de dois meses, em cursos de padaria, mecânica ou eletricidade, recebiam assistência alimentar e apoio psicológico e social. A ideia do Padre era certificar os *muchachos* em um ofício para possibilitar a inserção deles no mundo do trabalho e evitar que voltassem às quadrilhas, morar na rua ou consumir drogas.

Naquela época (ano 2006), durante as oito semanas do ciclo de oficinas, Camilo Rodríguez (colega com quem trabalhei como facilitador) e eu nos questionávamos acerca do porquê de promover uma “nova masculinidade” em jovens. Neles encontrávamos um limite na representação do homem como possuidor da *violencia*. Porém, nossa labor era a de educar e registrar o acontecido nas oficinas a um grupo já determinado pelos planejadores do DABS, cujos critérios sócio-demográficos definiam o perfil de vulnerabilidade de populações da cidade, as quais eram alvo das políticas sociais de desenvolvimento.

Camilo e eu começávamos a oficina “propondo” um dos temas definidos pelo DABS: violência, gênero e sexualidade ou direitos humanos, o qual era exposto pelo ponto de vista da oficialidade, apoiado pela análise sociológica das relações de gênero. A partir da “reação” dos participantes, conduzíamos a discussão para evidenciar assimetrias de poder e inequidades na

⁴ Maneira carinhosa para se referir aos menores de idade, que sempre tem uma conotação de bondade. Também, é usada para se referir a subordinados dentro de uma organização, os quais estão aprendendo um ofício ou respaldam as ações do chefe. Por exemplo, no exército, os são os soldados rasos. O ex-presidente Álvaro Uribe, convertido pelos seus nexos políticos com o paramilitarismo, se referia aos militares implicados em delitos de lesa humanidade como os *buenos muchachos*.

família, causadas basicamente pela “autoridade patriarcal”. Logo depois, iniciávamos atividades em grupos pequenos, de três ou cinco pessoas, para os jovens refletirem sobre o tema do dia. Privilegiamos a pintura e os desenhos. Esses jovens gostavam de expressar plasticamente as suas ideias no papel, pois muitos deles tinham dificuldade na expressão escrita. Às vezes trabalhávamos “sócio-dramas”, peças curtas para representar um tipo de ação particular. Depois do trabalho nos grupos, cada grupo expunha para os demais sua “reflexão”. Para finalizar, Camilo e eu propiciávamos o debate, contrastando as representações com o ideal político das oficinas para chegarmos a um “consenso”.

Os *muchachos* nos chamavam *cucho*, termo carinhoso para se referir a uma pessoa mais velha com a qual há uma relação de respeito. Usualmente é usado para o pai, os avós ou a mãe, *cucha*. Alguns deles também usavam o termo *profe*, contração para professor, evidenciando a imagem de autoridade que Camilo e eu tínhamos na sala. Depois de umas semanas de contato, alguns deles nos chamavam de *mi ñero*⁵, termo para se referir entre pares no *parche*⁶. Os *muchachos* se chamavam entre si de *ñeros*, mas não gostavam que outros, alheios, os chamassem dessa forma. Era uma questão do tom empregado para passar de uma identificação a um insulto. Camilo e eu inicialmente os chamávamos de *jóvenes* ou *muchachos*, depois de *parce* ou *parcero*, termos que tem uma conotação de reconhecimento igualitário similar a *ñero*, mas com uma menor carga estigmatizante.

A reflexão sobre gênero começo logo na primeira oficina sobre “padrões de criação e identidade masculina”. Camilo e eu “ordenamos” e conformamos grupos de cinco pessoas para responder às perguntas “o que é ser um bom homem?” e “como me ensinaram a ser homem?”. Eles não queriam falar, pareciam tímidos, estavam acostumados a escutar o adulto na sala de aula, pois ninguém “consultava” a opinião deles. Então, decidimos iniciar o “diálogo” falando sobre como os homens na Colômbia eram os possuidores da autoridade, o que lhes outorgava poder para dirigir à esposa e filhos. Porém, reconhecemos que eles eram jovens, ainda sujeitos à autoridade de um algum adulto em casa. Perguntamos sobre como eles experimentavam esse “poder” e como isso podia traduzir-se em “vulnerabilização” de direitos, tanto deles quanto das mulheres na família.

⁵ *Ñero* também é um termo pejorativo usado pelos bogotanos para se referir a alguém mais pobre, sem educação, de mau gosto e aos moradores de rua.

⁶ *Parche* se refere a um grupo de amigos no bairro. Acepção dos meninos moradores da rua do lugar onde tem vínculos sociais e há uma sensação de ser parte do grupo, de não estar sozinho. Também é uma palavra associada ao consumo de drogas como maconha ou crack (Ver GÓNGORA, Andrés. 2013. *Redes que curam: riscos, danos e políticas de drogas na Colômbia*. Dissertação de Mestrado. PPGAS, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Alguns dos jovens se sentiram interpelados e mencionaram que eram recriminados e castigados pelos adultos da casa: mãe, tios, avós, padrastos ou irmãos mais velhos. O mesmo se dava no instituto, no bairro ou em qualquer contexto social onde eles estivessem. Nas falas nunca escutamos quais eram os direitos vulnerabilizados pela “imposição” dos adultos. Pensávamos que eles não tinham claros quais eram os seus direitos, razão pela qual pensávamos que era importante ensiná-los. Depois, com o decorrer das oficinas, particularmente a que era relativa aos direitos sexuais e reprodutivos, percebemos que a noção de direito, tal como entendida pela institucionalidade, era uma convenção que funcionava para se relacionar precisamente com as instituições públicas, mas não era significativa em todo momento nas relações na *casa*.

Na oficina sobre “novas formas de ser homem” falamos de como construir relações equitativas fora do autoritarismo e da importância de se aceitar outras formas de masculinidade diferentes da costumeira. Começamos explicando o conceito de “masculinidade hegemônica” que definia os atributos de um “verdadeiro homem” como dominante, heterossexual, machista, protetor, provedor econômico, com uma imagem de êxito, entre outros “atributos de gênero” que pretendiam ser “desnaturalizados” e “relativizados”. Diante desta descrição, mais do que reagir criticamente, os jovens concordaram. Camilo e eu estávamos perplexos porque acreditávamos que eles se identificariam facilmente com “outras formas de ser homem”. Eles consideravam essa imagem do “homem hegemônico” como o modelo a seguir, aquilo ao qual eles queriam chegar. Com exceção do atributo “machista”, os outros eram bem-vindos. Para os jovens, ser machista tinha uma conotação negativa associada à *violencia*, a bater nas mulheres e ser ciumento, mas não era uma categoria que englobava ou era homologável à experiência de “ser homem”. Por nossa parte, argumentávamos que esses atributos todos faziam parte de uma “estrutura”, estando todos vinculados como um sistema à noção de “poder patriarcal” que procurava o controle absoluto de cada aspecto da vida das mulheres e crianças. Desta forma, essa imagem desejada por eles, de ser homem, implicava, no fundo, ser machista. Eles não concordaram.

Também falamos sobre como o conceito de “homem” era uma “construção social” e não um atributo inato ou condição. Os jovens só escutavam. Mencionávamos que existiam múltiplas formas de ser homem, as quais também eram legítimas, mas que muitas vezes eram subordinadas a essa imagem idealizada do masculino. Colocamos como exemplo de “masculinidades subordinadas” os indígenas, os negros, os homossexuais, os camponeses e os próprios jovens que ali estavam. Houve um silêncio e, depois, reações. Eles não se viam em

igualdade de condições com esses homens, não viam o ponto de comparação, particularmente com os homossexuais, o que provocou piadas para se referir a alguns companheiros de sala e descontentamentos porque não viam como um *marica* poderia ser como eles. Os jovens argumentaram que essa “posição”, traduzida imediatamente como “identidade sexual” pelos facilitadores, era uma “aberração”, pois não era possível conceber um “homem sentindo prazer por seu mesmo gênero”. Camilo e eu tentamos fazer a já clássica distinção entre sexo, sexualidade e gênero, mas para eles esse “papo pronto” dos facilitadores não foi facilmente compreendido. Posteriormente à reflexão sobre a “tolerância por outras opções e formas de vida”, equiparando os homossexuais a eles mesmos como “excluídos da sociedade”, o “grupo chegou ao consenso” de que a homossexualidade era uma “opção no mundo contemporâneo”, mesmo que ainda não seja “socialmente aceita”.

Nas falas dos jovens, a representação do homem valorizada era a do *papá*, responsável dos integrantes da família, considerado exemplo do comportamento a se seguir no presente e no futuro dentro e fora da *casa*. A qualidade da responsabilidade sempre acompanhava o atributo do trabalho, com o qual eles conseguiriam o sustento e futuro da sua mulher e filhos. Junto com estas imagens, encontram-se atributos valorizados pela política pública como de paternidade responsável. Porém, eles argumentavam que sentiam preguiça de ir à escola, mesmo sabendo da obrigatoriedade de estudarem. Achavam pouco prático os conhecimentos que adquiriam não serviriam pois, em última instância, o trabalho que eles podiam conquistar não requeria esse conhecimento qualificado. O trabalho, pré-requisito para ser responsável, estava ligado à noção de *sacrifício*, como elemento valorado no qual o projeto individual de homem solteiro, capaz de estar com muitas mulheres, com os seus amigos, era posto em um segundo plano, privilegiando o status de ser pai e esposo.

Na oficina sobre “masculinidade e violência”, Camilo e eu argumentamos que o machismo era aprendido no lar através dos jogos e a distribuição de trabalhos, fórmula repetida por muitas oficinas sobre gênero quando enfatizavam a aprendizagem dos papéis de gênero através do processo de socialização. Também, através da correção, na qual havia uma aprendizagem da *violencia*, especialmente dos varões, para impor a autoridade através da força. Então, a nossa proposta era a de conversar sobre como essas experiências de “sofrimento e dor na infância” repercutiam no presente na percepção que eles tinham sobre a autoridade e as práticas cotidianas no meio social no qual eles se relacionavam. O propósito era que através da consciência da aprendizagem e reprodução da *violencia*, eles fossem capazes de evitar seu uso, privilegiando o diálogo entre diferentes, a argumentação.

Os jovens mencionaram que precisavam demonstrar *hombría*⁷, pois nos bairros onde eles moravam a violência era “extrema”. Eles deviam se defender da polícia, dos grupos de limpeza social (paramilitares), células urbanas das guerrilhas, vizinhos e bandidos dos bairros próximos, além de membros das suas famílias como os padrastos, mães e irmãos mais velhos. Nesse momento eu não sabia como contra-argumentar pois sabia da presença de atores armados, da quase nula presença de instituições de Estado, das suas experiências morando na rua e do preconceito que eles experimentavam diariamente. No momento, Camilo e eu propusemos explorar a possibilidade de, ao menos, resolver pacificamente os conflitos no lar. Mencionamos a importância de recorrer às autoridades públicas quando os direitos eram vulnerados, porém, e de novo, os jovens contra-argumentaram que a polícia e os *cuchos* na escola ou no hospital não acreditavam neles, partindo do fato de eles serem *antisociales*.

A *violencia* evocava uma conotação moral negativa sobre relações nas quais eles eram subordinados, sempre diante de uma autoridade que julgava seu comportamento em relação a um estereótipo de jovem virtuoso, dócil e obediente que viraria um homem responsável no futuro. Várias das exposições dos jovens lembravam o discurso do dever ser juvenil associado ao ensino das escolas religiosas, e eles, como antítese dessa figura juvenil virtuosa, se representavam a partir da carência, da incompletude daquilo que deveriam ser. Eles, como *ñeros*, não possuíam os valores para *muchachos* e, ainda menos, para futuros cidadãos. Tal questão supunha uma descontextualização dos fatos ditos como violentos, do modo e lugar onde eles efetivamente poderiam estabelecer um diálogo como estratégia de confrontação dos conflitos. Ficava a impressão de que os homens eram por si mesmos violentos, justificando, em parte o comportamento “rebelde” dos *ñeros* tanto na casa quanto na rua.

Nas representações a dicotomia casa/rua era significativa. Na casa se convivia com adultos que mereciam respeito, enquanto eles procuram reconhecimento da sua individualidade. Nela, a família foi idealizada como agente de educação. Não obstante, a experiência nela era desconfortável e cheia de “problemas”, pois estar em casa produzia medo e tédio, e eram desvalorizados como ainda não-homens, mas amados como filhos pelas mães. Na rua eles procuravam prazer na maconha em companhia de pares, os amigos. Na rua também existia o perigo da autoridade e de outras pessoas que os julgavam por ser agentes que não aportavam nada à vida em comunidade. Porém, a rua tinha uma temporalidade, não era possível estar lá em todo momento, porque existia o perigo de virar “vago”, e pior ainda, morador de rua, o qual era um estado indesejado, o nível mais baixo ao qual poderiam chegar.

⁷ Qualidade de ser homem ou viril.

Eles aprendiam a administrar a *experiencia* no trânsito entre a casa e a rua. O sucesso dessa administração, ao tempo que a acumulação da mesma, significava virar um homem. Enquanto o desejo de serem reconhecidos na sua subjetividade, de ser *compreendidos*, dava conta da sua impotência e posição social; a experiência brindaria ferramentas para constituir autoridade. Não ter experiência significava serem comparados com um dever ser adulto que eles ainda não alcançavam, razão pela qual havia uma permanente frustração e raiva. Isso denotava “problemas” na definição de seus limites como indivíduo. O reconhecimento e a aquisição de experiência lhes permitia circular com autoridade entre o âmbito familiar e o público, se relacionando como *iguais* com outros homens.

Nas relações de casal, a *fidelidad* era o valor que configurava o lar. Camilo e eu mencionávamos que esse valor que implicava a subordinação da esposa ao desejo masculino de afeto e manutenção da família. Porém, eles expressavam que da companheira se esperava sempre carinho, amor e compreensão em “troca” da responsabilidade do marido em um espaço considerado refúgio, a casa onde as diferenças e a troca complementavam o casal. Romper este tipo de vínculo ou deixar de receber estes sentimentos que estabilizam emocionalmente os homens, gerava o sentimento de “traição”, fato que gerava o “diálogo” com os pares mediado pelo álcool, mas não conseguia se expressar verbalmente, “dialogando” com a mulher como igual, pelo contrário, a punição era uma maneira de responder à traição. De maneira similar, nos jovens o fato de não ser querido e compreendido na casa, especialmente pela mãe, gerava o sentimento de raiva e frustração, que não era possível de comunicar com os adultos, mas com o *parche*.

O diálogo na família, mais que ser uma relação horizontal de indivíduos que se reconheciam na sua diferença, era uma relação direcionada dos mais velhos para os mais jovens, em um intercâmbio de experiência por obediência. Esta noção, também era compartilhada e estimulada pelo Padre, a freira e a assistente social do instituto. Os jovens esperavam dos pais “conselhos” para a vida cotidiana e planejar o futuro. Os conselhos capitalizavam uma “experiência de vida”, a qual era socialmente mensurável através do sucesso pessoal dos mais velhos e a tranquilidade e paz na casa. Tudo isso era materializável nas condições de infraestrutura da casa, na providência econômica do marido e no amor de mãe. Essa experiência legitimava certo tipo de “autoridade legítima” que os jovens podiam seguir, obedecendo os conselhos.

Segundo as falas nas exposições, em suas casas os jovens não viam tal legitimidade. Figuras como o Padre Márquez, algum *cucho* ou vizinho da junta de ação comunal, podiam representar esta “autoridade legítima”. A mãe possuía um tipo de autoridade relacionada a

sentimentos de afeto, carinho e proteção mútuos. Ela era a pessoa de máxima estima. Insultar a mãe representava uma grave ofensa entre os jovens, que gerava as mais fortes reações de defesa da “santidade” dela entre os jovens. Esta defesa era extensível às irmãs. O fato de violar tal santidade pelos homens que circulavam pela casa gerava ira e dor, mas também impotência. Os jovens não podiam confrontar aqueles homens; por alguma razão que eles não compreendiam ou sabiam, a mãe muitas vezes continuava mantendo o vínculo com estes “violadores”. O fato de a mãe continuar mantendo um vínculo com estes homens enfraquecia o vínculo entre mãe e filho, gerando o sentimento de desconfiança, desesperança e ressentimento, sem, contudo, implicar a perda do amor materno. Ser violador era uma identificação depreciável, utilizada para desqualificar um par, o que significava uma ofensa máxima. Neste esquema de autoridade, só uma figura alheia a casa, investida de poder institucional, era capaz de confrontar e controlar o abusador, legitimando a proteção da vítima pela *violencia sexual* sofrida.

Estas oficinas correspondem a uma fórmula internacional de direcionamento vertical de conceitos relativos aos direitos humanos; sobre este ponto há divergências em relação ao matiz local que adquire o ideário normativo quando “negociado” com agentes locais. Por um lado, Sally Marry⁸ considera que organizações não-governamentais estabelecem uma tradução da categoria *gender violence* na linguagem local, a qual, com tensões, possibilita a assimilação do conteúdo universalista. Neste processo, a autora assume a mulher como indivíduo universal nos contextos localizados. Por outro, Daniel Simião⁹ considera que as técnicas de consulta dos interesses locais para a legalização do combate da *violencia domestica* em Timor Leste pelos agentes transnacionais não se preocupam em discutir o conteúdo das categorias dos direitos humanos com os atores locais, senão em fazer comunicar os conteúdos normativos, legitimando o discurso através da construção de “consensos”. Aqui o conteúdo da categoria mulher, como universal, fica questionada pela evidência de moralidades em confronto para definir o que seria a *violencia* nas relações de agressão.

As exposições dos jovens mostraram uma imagem da *violencia* na família dimensionada por problemas e carências, em oposição a um ideal de família nuclear burguesa, ativada pelos facilitadores através da retórica dos direitos e da igualdade e tomada como referencial pelos jovens para “medir” o grau da *violencia intrafamiliar* e de unidade e

⁸ MARRY, Sally Engle. 2006. *Human Rights and Gender Violence. Translating International Law into Local Justice*. Chicago: The University of Chicago Press.

⁹ SIMIÃO, Daniel. 2005 *As donas da palavra. Gênero, Justiça e a Invenção da Violência Doméstica em Timor Leste*, Brasília, pp. 155, tesis de antropologia, Universidade de Brasília.

harmonia do lar. Problemas e carências englobavam descrições de relações sociais, valores e sentimentos significativos dos vínculos entre pessoas na *casa*, definida pela presença da mãe, que deram conta das relações familiares para estes jovens. Desde a proposta da oficina, a *violencia* revelou relações conflitivas que não estavam mediadas pelo reconhecimento de direitos objetivos entre indivíduos, nem pelo fato de o homem jovem “possuir” direitos sobre os demais na família. Aquilo que poderíamos entender, a partir da perspectiva institucional, como *violencia intrafamiliar* abarcava, na ótica dos jovens, rupturas nas trocas entre pessoas com diferenças de status e experiência em uma casa, percebidas através de uma linguagem sentimental, mas não vista, por eles, como *violencia*.

Considero que duas moralidades estavam em confronto nas oficinas, e, talvez, dois sentidos de justiça, dando conta do encontro entre dois sistemas de valores, hierarquizados pelo lugar da autoridade dos agentes de Estado e dos jovens como receptores da norma. Porém, os dados “locais” emergentes fizeram confrontar a suposta seguridade dos argumentos técnicos e políticos dos agentes institucionais. Noções como “direito”, “machismo”, “diálogo” ou “regra”, quando interpretados pelos jovens, mostravam um universo de relações e experiências dos jovens que não correspondia com o conhecimento populacional sobre “os homens” na Colômbia. Nesse sentido, a oficina como mecanismo de modelamento da conduta funcionava mais como uma ferramenta de ativação retórica de discursos com legitimidade política e moral circulantes nas instituições e que os jovens já conheciam para se relacionar com as figuras de autoridade do Estado. O conhecimento discursivo era privilegiado pela institucionalidade, mas ele não supunha necessariamente que incidisse em uma “pragmática da vida”, ou em valores dos jovens em relação às expectativas sobre a vida ou o futuro, com o qual o propósito da transformação individual seria, em teoria, efetivo.

A “perspectiva de direito” que justifica a intervenção social, a mudança cultural e o reconhecimento da individualidade e da cidadania se apresenta como uma configuração de relações sociais em processo de “institucionalização” no marco de ideias, práticas e emoções “naturalizadas” pelos agentes de Estado, no sentido outorgado por Mary Douglas¹⁰ de uma legitimidade irredutível que remete à sacralidade da ordem social e simbólica, configurando uma moralidade que, quando infringida, produz reações emocionais e sanções sociais. A partir desta perspectiva, a normatividade relativa à *violencia intrafamiliar* estabelece formas de dominação simbólica do agente democrático em relação ao homem “culturalizado” e localizado, ao mesmo tempo em que há a despolitização do *ñero* após sua re-politização como

¹⁰ DOUGLAS, Mary. [1986] 1998 *Como as instituições pensam*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

jovem homem potencialmente violento diante de uma perspectiva diante a vida legitimada pela ideologia de Estado¹¹ e que foi apresentada pelos facilitadores como detentor da autoridade legítima e um qualificador do comportamento dos *muchachos*.

A *cultura* como categoria de governo fundamentou processos simultâneos de diferenciação e nivelação de indivíduos para conformar populações sujeitas à autoridade de agentes estatais, representantes de uma moralidade transnacional dos direitos humanos que se contrapôs às moralidades locais que ele mesmo definiu no processo de territorialização do governo e de produção de conhecimento sobre o outro ao qual devia restituir sua humanidade¹². A categoria de *cultura* também naturalizou um certo conteúdo de *violencia* em relações sociais assimétricas de pessoas com diferentes *status*, sob a ótica contratualista do individualismo e de antagonismos entre posições políticas pela definição do Estado e a nação. A *cultura* também permitiu a moralização e julgamento de um complexo e valores em troca, legitimando ações de governo, mostrando, assim o posicionamento hierárquico e o fluxo do poder entre os agentes de Estado e aqueles sujeitos à norma. A *violencia* permitiu a caracterização do outro como indivíduo incompleto, carente de humanidade, uma imagem das relações sociais na casa sempre disfuncionais com respeito à família valorizada pelo Estado e uma sociedade definida por problemas causados pela *cultura*. A *paz* e a democracia apareceram como atributos sociais desejados, motivando a transformação individual e a mudança social.

A naturalização da ideologia da igualdade pelos agentes de Estado permitiu assumir a sociedade, as relações sociais e indivíduos através de contratos de uma estrutura idealizada com uma existente, mas identificada como antíteses do ideal moral e normativo. A superposição e contraste da anti-estrutura da *civilisation* sobre a estrutura da *Kultur*¹³, permitiu a identificação, por um lado, de problemas corporais e mentais relativos ao sofrimento que se contrapunham como pares opostos, mas complementares, aos valores da ideologia individualista. A partir desta conscientização, o compromisso moral da transformação se ativava, por parte dos iniciados na democracia e pelos agentes de Estado, identificando o *locus* para a consolidação da nação. Neste esquema de relações entre

¹¹ Ver ABRAMS, Philp. [1977] 1988. "Notes on the Difficulty of Studying the State", em *Journal of Historical Sociology* Vol. 1, No.1 March.

¹² FERGUSON, James; GUPTA, Akhil. 2002. "Spatializing States: Toward an Ethnography of Neoliberal Governmentality", *American Ethnologist* 29(4): 981-1002.

¹³ Sobre os conceitos de anti-estrutura e estrutura ver TURNER, Victor. 1969. *The Ritual Process. Structure and Anti-Structure*. New York: Aldine de Gruyter. Acerca da discussão dos conceitos de *civilisation* e *Kultur*, ver ELIAS, Norbert. [1977] 1994. *El proceso de la civilización. Investigaciones sociogenéticas y psicogenéticas*. Bogotá: Fondo de Cultura Económica.

categorias, o Estado social de direito como ideologia e a nação como projeto em andamento hierarquizaram as pessoas pelo conhecimento da totalidade do sistema social e o segmento legal para se relacionar como indivíduos.

A categoria de *cultura* atuou como intermediária entre os conjuntos de legalidade, paz e democracia, em contraposição à poderosa categoria de *violencia*, que é qualificada segundo a perspectiva política e o contexto de observação. Durante a última década, o pensamento político que aponta para a igualdade diante do Estado social de direito se apoiou na instrumentalização das teorias de gênero, fazendo uso do conceito “novas masculinidades” para contrastar uma masculinidade ligada à *violencia* através da *cultura*, para contrastá-la com a noção de cidadão. Isso permitiu reificar a *cultura patriarcal* nos corpos e mente “dos homens”, como categoria sociológica, para propiciar a sua transformação em sujeitos, conscientes do seu gênero, corpo e direitos através da conformação da autoestima.

O processo de individuação através das oficinas apresentou dois modelos de sociedade em tensão, e mesmo que o “tradicional” fosse julgado pelos agentes de Estado, a sua legitimidade não era fácil de desconstruir a partir da retórica que legitima o Estado social de direito. Os jovens foram julgados pelo direcionamento da sua vida até aquele momento, mas isso não implicava, necessariamente, uma mudança da atitude deles diante do futuro. Penso que esse jovens reconheceram uma maneira particular de se relacionar com os agentes investidos de autoridade institucional, reforçando o lugar de poder dos facilitadores. Não obstante, também acredito que eles começaram a reconhecer a sua individualidade dimensionada por direitos, não pelo conhecimento objetivo dos direitos das mulheres, mas pelos valores da experiência, da responsabilidade da liberdade e, até, da fidelidade, os quais legitimavam sua diferença em relação a variadas formas de autoridade na casa e na rua.

Com o propósito de se pensar na *democracia familiar*, emergiram formas de autoridade ilegítimas para os agentes estatais da política contra *violencia intrafamiliar*, mas que faziam sentido para os jovens. Relativizar o ideal de bom pai de família diante de imperativos políticos mostrava o lugar da autoridade “no local”. Também, estabelecer a igualdade entre homens e mulheres na casa, implicava pensar o lugar deles como subordinados e impotentes em vários espaços sociais. Tal questão dava conta mais do imperativo de aquisição de experiência e administração de liberdade do que o reconhecimento da “mulher” que era a sua mãe ou a sua irmã.

A legitimidade do Estado social de direito estava mediada por uma estrutura social hierarquizada, na qual homens e mulheres com melhores maneiras de se comportar, assim como capital econômico, de fato permitiam pensar na possibilidade dos direitos humanos

como mediadores de todas as relações sociais. Não obstante, os direitos, ao não ser parte de conjunto de trocas que estruturam a casa e o entorno mais próximo no bairro, não encontravam lugar na prática cotidiana. As mudanças propostas pelos agentes de Estado a partir do reconhecimento da *violencia intrafamiliar* implicavam transformações na hierarquia familiar, na troca de sentimentos e capital econômico, na expressão do poder, mas não nos aspectos simbólicos daquilo que eles consideravam ser um homem.

Neste esquema, o conceito de masculinidade funcionava para igualar os jovens e homogeneizar práticas sociais diversas a partir da localização de corpos sexuais masculinos em relação a uma estrutura social democrática, demasiadamente ideal, a partir da qual se observavam e julgavam as relações, que eram assimétricas no sentido de desiguais. O “dever ser” do homem como cidadão, ativado nas oficinas, vinculou uma moralidade liberal com o ideal dos jovens em serem “bons pais de família”. Assim, sociedade democrática, família burguesa e indivíduo serviram como estereótipos para observar as relações sociais empíricas carregadas com uma significação moral negativa, o que legitimava a intervenção do Estado através dos agentes de governo.

Para mim é inquietante pensar como a imagem de ser homem e as relações familiares idealizadas pelos jovens têm um paralelo com a ideia de instituição legal familiar dirigida pelo *pater familias* instaurada durante o projeto da *Regeneración conservadora* (apoiada pela Igreja católica) do século XIX. A ideia de um homem como mediador entre a família e o âmbito público é concomitante com a virtude da responsabilidade em relação à esposa e aos filhos que faria dos jovens “bons homens”. Esta ideia é relativa à família burguesa como forma de organização social, desejada tanto pelos jovens quanto pelos agentes de Estado. Porém, isso entra em tensão com a ideia de igualdade de direitos individuais, revelando que ser um “bom homem” não se esgota na ideia de indivíduo como cidadão, mas implica que o fato de ser responsável seja entendido pelo modelo da instituição legal familiar. Isto outorga prestígio diante dos outros homens, seus pares, um atributo altamente valorizado, tanto na casa quanto na rua.

O processo de formação constituiu uma imagem ontológica relativa à ideia de masculinidade hegemônica e, em paralelo, construiu uma verdade institucionalizada sobre o “outro”, legitimada pelo conhecimento acadêmico especializado e pelas instituições políticas, quando os agentes de Estado ativaram uma moralidade específica ao indagar sobre a experiência dos jovens. Tal processo ajudou a caracterizar “os homens” como grupo populacional homogêneo (uma população) para o Estado, problemático e difícil de cooptar. A relação de autoridade e tutela que caracteriza o encontro entre Estado e “populações

vulneráveis” não opera de maneira direta com os homens. Pelo contrário, havia uma disputa pelo controle da autoridade. Em outro lugar¹⁴, mencionei que as oficinas para forjar uma nova masculinidade apresentam uma disjuntiva para os sujeitos da política, especialmente os homens adultos e pais de família. Os homens, interpelados na sua “identidade e papéis de gênero” na família e para com a sua parceira, se confrontam entre ser considerados machistas, por serem o referente de autoridade na família, e ocultar seus sentimentos diante outros homens, por causa da sanção social da denominação como *maricas*. A alternativa legítima no âmbito público seria a de mostrar-se disposto a se tornar um novo homem, estimado pela política pública e pelas posições acadêmicas.

Porém, este modelo de masculinidade humano/cidadão é rejeitado em variados contextos por ser associado “ao feminino”, oposto àquilo considerado viril. Também, porque produz desconfiança, particularmente para os jovens, pois a institucionalidade pública era percebida como opressora, discriminante, ineficiente e desinteressada das necessidades locais. Tal questão implicava que cumprir ou não com os modelos, seja o democrático ou os “machistas”, enaltecia ou estigmatizava os jovens, localizando-os em hierarquias que permitiam ou não o acesso a privilégios e status, dependendo do ponto de vista do modelo que se opta para medir a “masculinidade”. De todos modos, optar por um modelo ou outro implica a valorização de um em contraposição do outro, ambos os quais circulavam através de discursos e práticas legítimas pelos agentes de autoridade nos lugares de interação dos jovens na cidade.

O conceito de masculinidade, subsidiário dos estudos de gênero, dá conta de uma série de papéis, práticas e relações sociais que sempre são contrastadas com a sociedade imaginada localizada no futuro. O conceito de masculinidade hegemônica, proposto por R. Connell¹⁵ enfatiza os papéis, a mudança e o contexto onde ela se exerce, proposto para se pensar as assimetrias e diferenças dos jovens em contextos escolares da Austrália. Posteriormente, foi apropriado no contexto político e acadêmico colombiano de maneira similar a outros países na América Latina, evidenciando uma estrutura social que dá conta de uma “crise da masculinidade hegemônica”, a qual é medida diante das mudanças que experimenta a sociedade nacional no processo de modernização¹⁶. Os estudos de gênero e a ideia de uma

¹⁴ MARTÍNEZ, Marco Julián. 2010. “Transformarse para ser un buen hombre”, en C. MOSQUERA, M. J. MARTÍNEZ Y B. LORENTE (eds.), *Intervención social, cultura y ética: un debate interdisciplinario*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, pp. 239-263.

¹⁵ CONNELL, R. W. e MESSERSCHMIDT, James. 2005. “Hegemonic Masculinity: Rethinking the Concept”, *Gender and Society* 19(6): 829-859.

¹⁶ Ver VIVEROS, Mara. 2003. “Perspectivas latino-americanas actuales sobre la masculinidad”, em TOVAR, P. (org.). *Familia, género y antropología. Desafíos y transformaciones*. Bogotá: Instituto Colombiano de

masculinidade hegemônica, emergentes em países anglo-saxões para dar conta de assimetrias em relação ao trato igualitário que esperam os cidadãos em sociedade, ao ser transpostos nas sociedades herdeiras da colonização ibérica, caracterizadas pelo status dos sujeitos em sociedade, revelam tradições e estruturas sociais desajustadas a um ideal de sociedade liberal. Tais desajustes configuraram uma imagem de “cultura patriarcal”, antagônica ao espírito liberal.

Desta forma, a abordagem das masculinidades apresenta uma realidade social sempre com carência de cidadania e com excesso de tradição, sendo pessimista diante da mudança e sofisticando a engenharia e intervenção social. Assim, a expertise acadêmica sempre se relaciona com o ideal sócio-político de modo tal que o “machismo” aparece em todo lugar e momento histórico. Neste ponto, quero lembrar o programa intelectual de Louis Dumont¹⁷, que através do contraste do lugar do indivíduo entre “Ocidente” e o sistema de castas indiano, desvelou o sistema de ideias de valores do igualitarismo e individualismo ocidental em relação à hierarquização e ao holismo indiano. O individualismo como valor principal das sociedades que se assumem como modernas, concebe o indivíduo como sujeito moral, independente e autônomo, unidade discreta que contém os valores da igualdade e a liberdade, que o emancipa da sociedade e a ordem coletiva, encarnando a humanidade. Desvelando o individualismo, Dumont “desnaturalizou” a relação entre indivíduo e sociedade como um problema sociológico, mostrando uma certa “cegueira” diante o social, produto deste olhar. O autor alude ao termo “apercepção sociológica” para argumentar que noções como persona e indivíduo são construtos socioculturais que imprimem uma perspectiva particular à análise sociológica e que fazem ver indivíduos com o conteúdo ocidental em sociedades etnográficas e históricas “não ocidentais”. Pelo anterior, Dumont apela à aquisição de consciência, por parte dos pesquisadores, na distinção entre o princípio ideal e as relações sociais empíricas na modernidade¹⁸.

Considero que o olhar etnográfico, a interpretação sociológica e o agir político a partir do conceito “masculinidade hegemônica” é susceptível à crítica levantada por Dumont, mostrando um caráter etnocêntrico na leitura da “realidade”, com o qual os desajustes e as crises da masculinidade são apenas esperáveis.

Antropología e Historia. Pp. 82-129. Também, SOUZA, Márcio Ferreira de. 2009. “As análises de gênero e a formação do campo de estudos sobre a(s) masculinidade(s)”, *Mediações* Vol. 14(2), julho-dezembro: 123-144.

¹⁷ DUMONT, Louis. [1966] 1970. *Homo Hierarchicus. The Caste System and Its Implications*. Chicago: The University of Chicago Press.

¹⁸ STOLCKE, Verena. 2001. “Gloria o maldición del individualismo moderno”, *Revista de Antropologia, São Paulo, USP*, 44(2): 7-37.

O processo analisado neste documento é comum aos movimentos de políticas de desenvolvimento em outros lugares do planeta nos quais o imperativo de alcançar a igualdade entre os sexos como trilha para se chegar à democracia impõe uma agenda política e acadêmica que vinculei com os processos de modernização da sociedade nacional colombiana. A categoria de *violencia intrafamiliar*, assim como seu desenvolvimento normativo e político, pode facilmente ser equiparada à de *violencia domestika*, em Timor Leste, ou mesmo à *violência doméstica*, no Brasil, todas elas subsidiárias do conceito *gender violence*, emergente na órbita transnacional. Porém, em meu trabalho procurei ressaltar as diferenças e particularidades na configuração e desenvolvimento do conceito de *violencia intrafamiliar* em razão dos pressupostos investidos de uma racionalidade moral nos exercícios de poder dos agentes de Estado.

O fato de “desvelar” alguns pressupostos muitas vezes é assumido pelos agentes de Estado encarregados das políticas como crítica ao seu trabalho, radicalizando ainda mais uma divisão entre o “conhecimento acadêmico”, aparentemente abstrato e sem utilidade prática, e um “conhecimento baseado no trabalho cotidiano”, que reconhece as “coisas como realmente são”. Esta relação, muitas vezes tensa, é evocada pelos agentes de implantação de políticas quando interpelados ou questionados sobre os métodos para garantir direitos aos cidadãos. Através da análise da minha própria experiência como agente de Estado, quis mostrar como a “materialização” da ideologia individualista, trouxe consigo exercícios de violência simbólica, implícitos no julgamento moral, não só meu, mas também de outros colegas (e amigos), agentes de Estado, sobre os sujeitos à norma quando interpelados para serem responsáveis por sua transformação.

Um olhar antropológico sobre políticas públicas procura desvelar pressupostos naturalizados no seu desenho e implantação, com o objetivo de fazer conscientes práticas de desconhecimento dos outros com os quais os agentes de Estado se relacionam. Espero ter conseguido expor com alguma densidade uma realidade que sem dúvida é complexa e comporta múltiplas abordagens, contribuindo para alargar a compreensão e o debate sobre um tema crucial para a forma como sociabilidades ditas modernas se desenvolvem em diferentes partes do mundo.